

# ACM marca como interino

■ Senador mostra, em sete dias no Planalto, seu talento para dominar espaço político

CÉSAR FELÍCIO

BRASÍLIA - O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) mostrou seu talento para ocupar espaços políticos durante a interinidade de uma semana na presidência da República. Nos sete dias em que foi chefe do governo, em razão das viagens ao exterior do presidente Fernando Henrique Cardoso, do vice-presidente Marco Maciel e do presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), quebrou seguidas vezes o protocolo, foi duas vezes para a Bahia, enfrentou manifestações em frente ao Palácio do Planalto reprimidas pelo batalhão de choque da Polícia Militar, mandou sustar a sanção de uma lei já pronta para publicação no *Diário Oficial*, deu entrevistas e recebeu dois governadores, oito ministros e 36 parlamentares em audiência.

Sobrou espaço até para a rainha da Bergamota, trazida pelo prefeito de São Sebastião do Caí (RS), Egon Schenke. Eles foram recebidos quarta-feira, no exato momento em que bombas de gás lacrimogêneo eram lançadas pela Polícia Militar do Distrito Federal contra os manifestantes que compareceram ao ato público organizado pelo PT e pela Central Única dos Trabalhadores na Esplanada dos Ministérios. Na véspera, uma comitiva de centenas de prefeitos já tinha sido impedida de subir a rampa do palácio com bombas de efeito moral e cães rottweiler do Batalhão de Choque da PM.

No caso dos prefeitos, Antônio Carlos Magalhães se recusou a atender a um pedido que poderia render dividendos políticos, a ele. Em nome da Confederação Nacional dos Municípios, eles tinham ido a Brasília reivindicar medidas que compensassem a perda de receita causada aos municípios por decisões recentes da equipe econômica. Atravessaram a Esplanada dos Ministérios e se posicionaram em frente ao Planalto.

**Rampa** - A senadora Júnia Marise (PDT-MG), junto com um grupo de parlamentares, foi recebida no gabinete presidencial e propôs que Antônio Carlos chegasse à rampa para falar com os prefeitos. "Ele recusou de pronto. Achou algo totalmente descabido", contou um interlocutor do senador. Enquanto a polícia dispersava o grupo, o presidente interino permitiu a entrada de uma comissão de cinco prefeitos, aos quais disse que o presidente Fernando Henrique atenderia a algumas reivindicações quando retornasse ao país.

"O presidente em exercício, se for sensato, não toma nenhuma medida se não for de acordo com o titular", disse Antônio Carlos Magalhães na sexta-feira, seu último dia como interino. Foi assim que agiu quando parlamentares da oposição pediram sua intervenção para superar o impasse que marca as negociações entre o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e os professores das universidades federais, em greve há quase dois meses.

Os parlamentares queriam que ele recebesse os representantes das entidades de classe no palácio, mas Antônio Carlos Magalhães recusou imediatamente, para não se confrontar com o ministro Paulo Renato. O encontro acabou acontecendo,



Magalhães: "Presidente interino não faz nada em desacordo com titular"

terça-feira, no gabinete de da presidência do Senado, sem a presença de grevistas, descaracterizando a reunião do presidente em exercício com a oposição, como um início formal de diálogo.

"Ficou uma coisa meio ambígua. Ele não deixou claro se falava como presidente da República ou como senador", contou o deputado Ivan Valente (PT-SP), um dos presentes à reunião. O encontro não deu em nada: o presidente em exercício reforçou a posição do ministro em só negociar quando a greve for suspensa.

A presença de Antônio Carlos Magalhães no Congresso foi apenas um dos momentos em que o protocolo foi quebrado. Ele atravessou a Praça dos Três Poderes em quatro dos sete dias na presidência. Outros presidentes em exercício, inclusive seu falecido filho, Luís Eduardo, que por duas vezes ocupou interinamente o gabinete do Planalto, quando presidente da Câmara, não foram ao Congresso.

"Eu vou lá porque gosto. Quem

conhece o caminho de casa não se perde", disse Antônio Carlos Magalhães na sexta-feira. Logo ao assumir a presidência, marcou diferenças em relação a outros interinos, indo passar o fim de semana em Salvador, onde cortou o cabelo num salão no shopping da Barra. No último dia como presidente em exercício, resolveu despachar com o ministro interino da Fazenda, Pedro Parente, no prédio do ministério, em vez de convocar o auxiliar ao Planalto. Uma maneira de prestigiar o membro da equipe econômica que lhe é mais próximo.

Em relação aos correligionários, Antônio Carlos Magalhães foi cauteloso para não comprometer Fernando Henrique Cardoso com nenhuma iniciativa. "Eu tenho um projeto para a securitização da dívida dos tomadores de empréstimos do Fundo Constitucional da Região Norte e fui pedir a ajuda dele. ACM não me deu muita esperança, dizendo que estava lá por apenas uma semana. Ele está muito cuidadoso", lamentou o senador José Bianco

(PFL-RO) na quarta-feira.

**Licitações** - A única interferência concreta de Antônio Carlos na rotina administrativa do governo foi quando decidiu não sancionar a lei que muda as normas para licitações, permitindo o aumento do aditamento em contratos de 25% para 50% do valor original. "Quando a lei chegou para ser assinada, o senador pediu informações ao ministro da Casa Civil, Clóvis Carvalho. Disse a ele que iria respeitar a orientação do presidente, mas era contra", afirmou um assessor. Em seguida, o senador telefonou para Fernando Henrique. "O senador disse ao presidente que era contra o aumento e que poderia vetá-lo, ou deixar o assunto para ser resolvido quando ele chegasse."

Fernando Henrique Cardoso acabou pedindo para tratar pessoalmente do assunto quando retornasse ao Brasil. A medida acabou irritando o autor da sugestão para o aumento do aditamento, o deputado e ex-ministro dos Transportes Alberto Goldman (PSDB-SP).

Se não destoou do presidente na rotina administrativa, Antônio Carlos Magalhães não poupou o verbo em sua interinidade para atacar a oposição e procurar vinculá-la a atos de desordem. Logo na segunda-feira, determinou aos governadores que prendessem sumariamente quem participasse de saques de alimentos no Nordeste. A ordem foi prontamente atendida na Bahia, onde o governador César Borges (PFL) segue fielmente a sua orientação.

**Retaliação** - O governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PSB), resolveu agir de maneira diferente. E Antônio Carlos Magalhães defendeu que o governo federal retaliasse com o bloqueio de repasse de recursos pedidos por Arraes, um dos quatro governadores de partidos da oposição.

"Ele tem que manter a ordem no estado se quiser recursos", afirmou. Como presidente, Fernando Henrique Cardoso jamais propôs publicamente esse tipo de vinculação.

Com o candidato do PT a presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, que discursou no ato que terminou em conflito com a polícia em Brasília, na quarta-feira, Antônio Carlos Magalhães foi ainda mais duro: "Fernando Henrique tem plano de governo e sabe o que faz. Os seus adversários não sabem o que fazem. Aquela desordem já mostra o que será o governo desta gente", afirmou, elogiando em seguida a polícia. "Foi uma gentil repressão", disse.

Aos 70 anos de idade e na vida pública desde 1950, Antônio Carlos Magalhães minimizou a semana em que pela primeira vez ocupou a presidência da República. "Isto nada alterou a minha vida normal ou me fez sentir maior ou menor. Foi uma experiência boa, mas nada comovente", declarou na última sexta. O presidente em exercício descartou concorrer à presidência em 2002, sonho projetado para o filho morto, afirmando, um dia antes do início de sua interinidade: "Isto está fora de meu contexto." Mas procurou deixar claro que veria com agrado passar mais alguns dias na presidência, se novamente Fernando Henrique, Maciel e Temer se ausentarem. "Não acredito nisso, mas estou à disposição para tal", afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa.